

Soberania ou modernidade?

Discussão sobre a quebra dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações opõe nacionalistas e privatistas

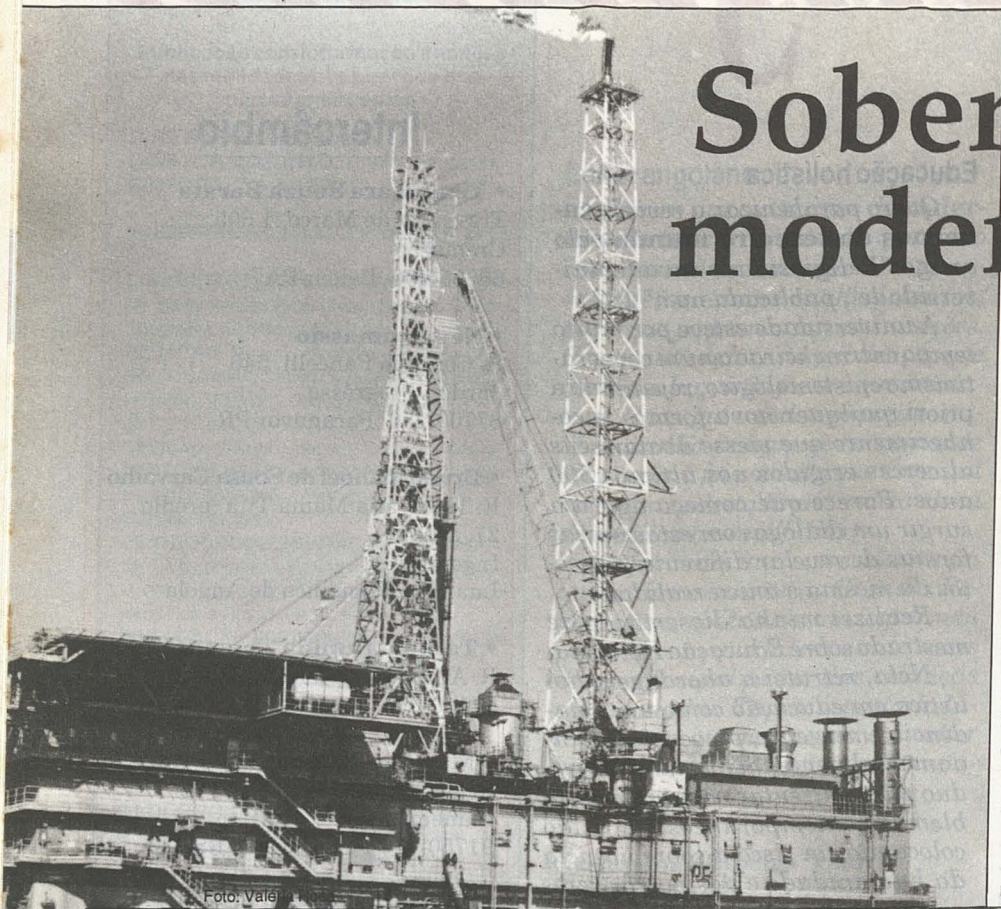


Foto: Valéri

Foto: Valéria Rosa



A flexibilização do monopólio do petróleo e outras iniciativas do governo fizeram com que Brizola e Lula deixassem de lado antigas divergências

Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro

Desde a campanha eleitoral, o presidente Fernando Henrique Cardoso vem repetindo, com insistência, que o sucesso do plano de estabilização econômica depende da aprovação de reformas na Constituição do país. O presidente e a equipe econômica consideram funda-

mentais alterações na Carta Magna, que permitam a abertura do mercado brasileiro, com maiores facilidades para a entrada de capital estrangeiro no mercado nacional, e a redução da presença do Estado na economia.

Essas ações, segundo a linha preconizada pela equipe, serviriam como instrumento para aumentar a oferta de empregos na iniciativa privada e para permitir que o governo tivesse mais so-

bras de recursos, que poderiam ser aplicados em áreas sociais.

Nesse rol de alterações, enquadram-se o fim dos monopólios estatais nas áreas de petróleo e telecomunicações, privatização da distribuição de gás canalizado, abertura da exploração do subsolo e navegação de cabotagem para estrangeiros, e alteração do conceito de empresa brasileira de capital nacional. Deixando claro o desejo ur-



Setores representativos da sociedade, como entidades estudantis, vêm se manifestando contra as reformas constitucionais defendidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso

gente de ver aprovadas mudanças no capítulo constitucional da Ordem Econômica, o governo enviou ao Congresso Nacional emendas constitucionais sobre estes temas em 16 de fevereiro, dia seguinte à instalação da nova legislatura parlamentar.

Os primeiros dois meses de ação do governo sobre o Congresso, na tentativa de convencimento da urgência das reformas e sob a forma que deseja, deram poucos resultados e até mesmo abalaram algumas alianças. Os congressistas – e não só os de oposição – já deixaram claro que a quebra da espinha dorsal do modelo econômico, que tornou o Brasil uma das dez maiores economias do mundo, será tarefa difícil. O governo pretende, por exemplo, deixar o patrimônio público sem algumas ilhas de excelência, como a Petrobrás (internacionalmente reconhecida como empresa de vanguarda em tecnologia de exploração de petróleo) e a Vale do Rio Doce, cujo preço de privatização não chega a 5% do valor real de seu patrimônio.

Os argumentos de que a tendência internacional agora é a neoliberalização, de que passou o tempo da ação estatal e que controle estratégico e soberania são conceitos de um mundo que era bem diferente do atual – parecem não comover mais. Sobretudo, depois que o México – o aluno mais aplicado e recomendado pelo Primeiro Mundo – entrou em colapso (*ver matéria de capa de cadernos do terceiro mundo da edição n° 183*) e esse modelo já colocou o laço no pescoço da Argentina.

Os nacionalistas se movimentam – A oposição, integrada pelos partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PCdoB), já articula um bloco de ação parlamentar para impedir que passem os projetos do governo. Nas últimas semanas, voltaram a intensos contatos Leonel Brizola, Lula, Miguel Arraes, João Amazonas, os quais, não só conversam entre si, mas debatem a ques-

tão das reformas com outros setores ponderáveis da vida nacional, civis e militares. E mesmo parlamentares de partidos governistas, mas de tendência nacionalista, como Pedro Simon e Roberto Requião, têm-se integrado a esses debates, preocupados com o furacão privatista e com o pretendido tamanho da abertura da economia à concorrência externa predatória. Eles têm bem pre-

Os argumentos de que a tendência internacional agora é o neoliberalismo, de que passou o tempo da ação estatal e que controle estratégico e soberania são conceitos de um mundo que era bem diferente do atual, parecem não comover mais

sente o exemplo da Argentina e do México, este hoje com toda a renda de sua produção petrolífera entregue aos Estados Unidos, que passaram assim a ter ação determinante na vida financeira mexicana, causando perda real de soberania.

Mas, o que e de que forma pretende o Planalto reformar no Estado e na economia brasileira? Em relação ao setor do petróleo, o governo quer a aprovação de lei complementar que permita a abertura da área para empresas privadas, definindo de que forma e em que atividades seriam feitas parcerias, através de contratos de risco ou concessões. Nas telecomunicações, qualquer companhia privada poderia participar de concorrências de serviços da área. A participação de empresas estrangeiras nos setores seria possível com a mudança do conceito de empresa brasileira de capital nacional. O governo quer que todas as empresas que tenham sede no Brasil sejam consideradas nacionais, e não apenas as controladas por brasileiros.

Planalto se explica mal – O governo esperava que os temas econômicos não encontrassem tanta resistência no Congresso, depois das questões terem sido dissecadas na fracassada revisão da Constituição de 1993 e 94, pela vitória esmagadora de Fernando Henrique e pelo perfil liberal do Congresso. Mas, apesar dessa expectativa, o conflito de opiniões entre os defensores e críticos da retirada do Estado da economia está revivendo a “batalha” travada na reforma constitucional de 1993/94. O saldo do processo, que teve como relator o atual ministro da Justiça Nelson Jobim, foi de apenas seis emendas aprovadas, não sendo uma sequer dos temas mais polêmicos, que voltam à discussão agora.

O primeiro exemplo público de grande repercussão da oposição de seto-

Fernando Siqueira, presidente da Aepet: "A abertura da exploração do petróleo a empresas privadas, quase todas multinacionais, afetará diretamente a soberania nacional"

res às reformas da Constituição foi dada no Rio de Janeiro, em 17 de março. O confronto de sindicalistas e estudantes, contrários às propostas "neoliberais" do governo, de um lado, e policiais do Exército e seguranças da presidência, do outro, lembrou em parte os confrontos de rua durante o regime militar.

Fernando Henrique e os setores que o apóiam costumam enfatizar que a ação contrária à reforma da Constituição parte de um grupo minoritário, que teria seus "privilégios" reduzidos com as mudanças. Outro ponto repetido com frequência: as propostas governamentais estavam definidas no programa de governo do candidato da coligação PSDB-PFL-PTB e foram aprovadas pela maioria do eleitorado.

Entretanto, pesquisa feita pelo instituto Vox Populi, divulgada pelo *Jornal do Brasil* em 20 de março, mostrou que não é bem assim. A enquete revelou que o desconhecimento da população, em relação à Carta Magna, é muito grande. Diante da pergunta "você se sente suficientemente informado sobre o que é uma Constituição?", 67% dos entrevistados responderam negativamente e outros 3% não quiseram emitir opinião.

O diretor do Vox Populi, Marcos Coimbra, chegou a declarar que "o nacionalismo no Brasil continua em alta". A maioria dos entrevistados pelo instituto, numa outra pesquisa, declarou ser contrária à participação de capital estrangeiro na privatização dos bancos estaduais.

Os argumentos dos opositores -

A desinformação das pessoas sobre as propostas do governo é um dos argumentos básicos de setores nacionalistas contra as alterações na Ordem Econômica. Articulados em vários sindicatos e entidades, os opositores das reformas tentam fazer prevalecer suas opiniões, com discursos e manifestações diante da mobilização de empresários nacionais e estrangeiros, que querem ampliar as oportunidades de negócio, e de lucro, no país.

Uma das entidades que está atuando vigorosamente contra as alterações constitucionais, especialmente contra a quebra do monopólio do petróleo, é a

Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet). Segundo o presidente da entidade, Fernando Siqueira, a abertura da exploração do petróleo a empresas privadas, quase todas multinacionais, afetará diretamente a soberania nacional e poderá levar o Brasil a sofrer os mesmos problemas enfrentados hoje pela Argentina: queda significativa de reservas de óleo e aumento dos preços finais dos derivados.

O governo Menem privatizou a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), a estatal petrolífera argentina, em junho de 1993. Antes da venda, o país sul-americano contava com reservas estimadas de petróleo suficientes para 13 anos de consumo. Em março de 1994, nove meses depois da transferência da companhia para o setor privado, a previsão de reservas foi reduzida para apenas oito anos, devido ao aumento significativo da produção, voltada basicamente para a exportação. A queda poderá trazer problemas graves em relação ao abastecimento do país em curto prazo.

Segundo o argentino Victor Bravo, pesquisador do Instituto de Economia Energética da Argentina e ex-técnico da YPF, a produção média de petróleo

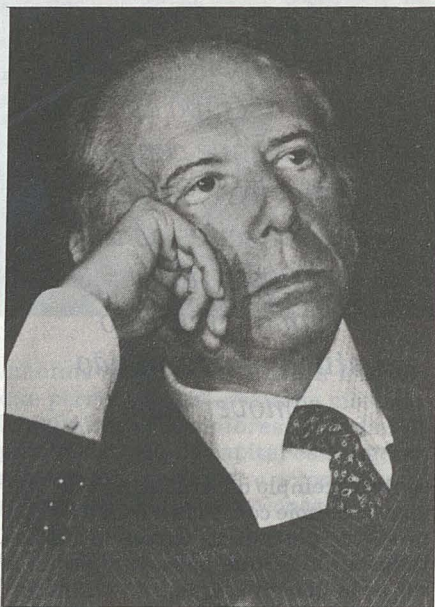
do país era de 28 milhões de metros cúbicos anuais, antes da transferência da exploração do setor para a iniciativa privada, mas estava sendo estimada em 40 milhões para 1994. Cerca de 20% desse volume seriam destinados para a exportação.

Privatização aumenta preços -

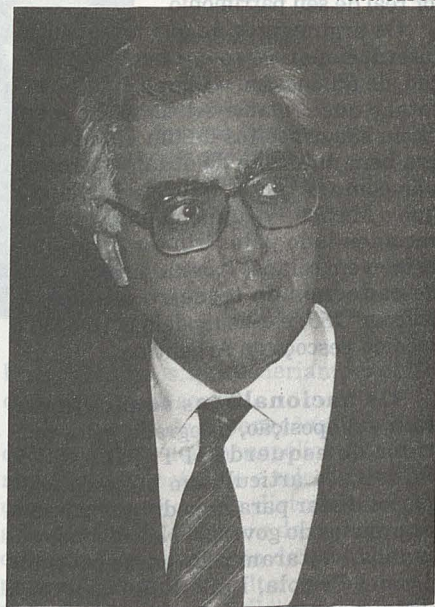
A preocupação apenas com a lucratividade, por parte das empresas privadas, em oposição à atitude social das estatais e de garantia de prestação do serviço, mesmo em mercados não-rentáveis, também seria o fator determinante do aumento dos preços, em dólar, da gasolina na Argentina, após a venda da YPF. O preço do litro do combustível, antes da privatização da companhia, era US\$ 0,29, passando para US\$ 0,76 após a venda, segundo José Conrado de Souza, diretor da Aepet.

Essa preocupação quase que exclusiva com a obtenção de lucros poderia trazer grandes prejuízos para as empresas estatais, para a União, e, em última análise, para todos os contribuintes, segundo os defensores do monopólio estatal: as estatais teriam que atender às áreas com menor retorno financeiro ou mesmo deficitárias, que não

Fotos: CEDOC



Roberto Campos: "É uma irracionalidade a sobrevivência de monopólios estatais"



Miro Teixeira: "O Norte quer controlar o petróleo do Terceiro Mundo"

Em muitas localidades do interior, onde o consumo é baixo, os únicos postos de gasolina existentes são da BR Distribuidora, que pertence ao grupo Petrobrás

despertariam interesse da iniciativa privada. As entidades que defendem o monopólio do petróleo costumam lembrar que, em muitas localidades do interior do Brasil, distantes dos centros produtores e onde o consumo é baixo, os únicos postos de gasolina existentes são da BR Distribuidora, que pertence ao grupo Petrobrás.

O presidente da Aepet, Fernando Siqueira, diz que o petróleo é um bem "estratégico", e não uma simples commodity. O desenvolvimento, ainda por duas décadas pelo menos, dependerá do petróleo, e transferi-lo para empresas estrangeiras seria arriscado. Siqueira usa como argumento contrário à abertura do setor o resultado dos contratos de risco firmados pela Petrobrás e empresas multinacionais, entre 1975 e 88. No período, a estatal brasileira teria investido US\$ 20 bilhões, descobrindo as jazidas da Bacia de Campos. As companhias estrangeiras teriam aplicado menos de US\$ 1 bilhão.

O sociólogo Herbert de Souza defende que a Petrobrás tenha a liberdade para analisar e aceitar acordos com companhias particulares, "segundo o critério do bem e do interesse público". Para o sociólogo, a proposta do governo

de que "a União" poderá contratar empresas privadas "mais parece um armadilha". "Não quero ser passado como o bobo, um idiota que compra uma tese genérica e acaba entregando a própria roupa para os vivíssimos atores dessa grande ilusão chamada mercado", afirmou o sociólogo.

O deputado federal Sérgio Arouca (PPS-RJ) apresentou uma emenda alterando a proposta do governo, permitindo que a Petrobrás possa firmar acordos com companhias privadas. "A União, através da Petrobrás, poderá contratar empresas privadas (...)", prevê a emenda de Arouca.

Posição pró-quebra - Um dos mais ardorosos defensores da retirada do Estado da economia é o deputado federal Roberto Campos (PPR-RJ), ministro do Planejamento no governo Castello Branco. O parlamentar define a exclusividade de atuação estatal como "monopólios do atraso" e diz que, nos tempos atuais, marcados pelos grandes blocos comerciais e pela crescente abertura do comércio mundial, é uma "irracionalidade a sobrevivência de monopólios estatais de petróleo e telecomunicações".

Em relação ao argumento de que os dois setores seriam estratégicos para o país, Campos afirma que em nações do Primeiro Mundo, como Estados Unidos e Grã-Bretanha, o conceito de segurança está relacionado à atuação "eficiente" de companhias que cumprem "a missão de oferecer simultaneamente ao Erário contribuição substancial, sob a forma de direitos de exploração, royalties e impostos".

Um dos principais opositores de Roberto Campos, na Câmara Federal, é o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). Para o parlamentar, a quebra dos monopólios significaria a formação de um oligopólio estrangeiro no setor do refino, integrado pelas três principais multinacionais petrolíferas, que controlam hoje 40% do mercado brasileiro de distribuição de derivados.

Miro Teixeira diz que as nações desenvolvidas querem controlar o petróleo existente nos países do Terceiro Mundo, devido à produção própria insuficiente para o consumo, garantindo assim o desenvolvimento econômico. Os Estados Unidos teriam reservas para apenas 5,7 anos de consumo. No Brasil, a relação é de 19 anos. "O petróleo e o gás natural contribuirão com 50% da energia mundial, em qualquer cenário, até o ano 2020, e o governo brasileiro tem o despudor de submeter o país ao risco de perder as condições mínimas para sustentar o crescimento econômico".

Telecomunicações - Os argumentos dos defensores e críticos da abertura do setor de telecomunicações são semelhantes aos citados em relação à área petrolífera. De um lado, a falta de capacidade de investimentos do setor público, com congestionamento e fila de espera para recebimento das linhas. De outro, o esperado aumento de tarifas e a formação de oligopólios privados, numa área estratégica para o país.

Segundo dados do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações (IBDT), o país tem um déficit de linhas telefônicas estimado em 10 milhões e 58% das localidades brasileiras não contam com telefone. Entre 1985 e 92, 350 mil assinantes "pagaram antecipadamente seus telefones e tiveram que esperar quatro



Dom Eugênio Sales, defende a política econômica do governo



Dom Paulo Evaristo: "O governo parece disposto a dialogar com os oligopólios"

Fotos: CEDOC



Multinacionais querem a quebra do monopólio para atuar no mercado brasileiro de telecomunicações

anos, em média, até que, afinal, fossem instalados”, segundo a entidade. A demora, de dois a quatro anos para instalação de linhas, ainda ocorre em vários estados brasileiros. Esse atraso incentivaría o mercado paralelo de linhas, onde os preços são muito elevados, afirmam os estudos do IBDT. Segundo o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, o setor de telecomunicações no Brasil exige investimentos de US\$ 35 bilhões no período de quatro anos, e esse valor somente seria alcançado com parcerias entre o Estado e a iniciativa privada.

O IBDT é uma entidade formada por empresas que têm interesse em atuar no setor de telefonia no país, como os grupos Globopar (Roberto Marinho), O Estado de São Paulo e Monteiro Aranha, AT&T (multinacional norte-americana), Stet (estatal italiana das telecomunicações), entre outros.

Já os críticos da quebra do monopólio estatal afirmam que os problemas citados das telecomunicações são causados, em boa parte, pelos constantes cortes nos orçamentos da Telebrás determinados pelo governo federal. Os resultados orçamentários positivos da companhia são usados pelos grupos pró-monopólio para a manutenção da exclusividade. A empresa teve um lucro líquido de US\$ 944 milhões em 1994. A questão estratégica também é citada. Segundo o engenheiro da Embratel, Paulo Eduardo Gomes, o domínio da transmissão de informação proporciona poder a quem o controla, e as empresas privadas do setor de telefonia contam com o apoio dos governos dos países onde têm as matrizes.

Os setores nacionalistas procuram rebater, ainda, o argumento de que as localidades rurais e distantes não con-

tariam com sistema de telefonia de bom nível atualmente, devido ao monopólio. Para seus representantes, tais áreas de pouca demanda não iriam interessar à iniciativa privada, a qual somente lhes daria atendimento mediante o pagamento de altas tarifas.

O aumento dos preços é citado, pelos defensores do monopólio, como resultado quase que imediato de um futura entrada de empresas privadas no setor. A tarifa telefônica residencial básica brasileira é uma das mais baratas do mundo: US\$ 2,2 (dados de fevereiro de 1994). No México, a tarifa é de US\$ 7,4; no Chile, US\$ 10,9; e de US\$ 16,9 nos Estados Unidos. O governo federal anunciou que irá reduzir os subsídios para assinatura básica e chamadas locais em maio, causando aumento nos preços das ligações.

Posições conflitantes – O debate sobre as reformas do capítulo da Ordem Econômica vem despertando posições antagônicas, e até mesmo surpreendentes, no Congresso e na sociedade. Membro do partido que defende com mais vigor a quebra dos monopólios estatais, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) diz que “há atividades que o Estado deve desempenhar, sem preocupação principal de obtenção de vantagens econômicas, antes por motivos estratégicos, de interesse social e político, como no caso do petróleo”. Para o senador, tentar quebrar os monopólios do petróleo e das telecomunicações são posições equivocadas do governo.

Posição diferente tem o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), que aceita a flexibilização. “A esquerda formada nos anos 50 insiste em achar que o petróleo é estratégico. Mas o mundo mudou e hoje a água pode ser muito

mais estratégica”, diz o parlamentar verde.

O sindicalismo brasileiro também está dividido em relação às reformas. Enquanto a CUT (Central Única dos Trabalhadores) é uma das principais articuladoras de manifestações contrárias às propostas governamentais e sindicatos filiados à entidade defendem greves contra

as propostas, a Força Sindical ameaça exatamente com o contrário: fazer paralisações, caso as reformas não sejam aprovadas pelo Legislativo, com rapidez. Segundo Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade de São Paulo, a maioria dos trabalhadores brasileiros quer as mudanças, “e se preciso, iremos à greve em defesa das reformas”.

A Igreja também não adota posição uniforme. O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, afirma que “as propostas ministeriais, quanto à reforma da Constituição, parecem mais dispostas a dialogar com os oligopólios do que com os organismos da sociedade civil e popular”. Já o cardeal do Rio, dom Eugênio Sales, defende a política econômica implantada pelo governo Fernando Henrique. “A fase em que vivemos, favorável ao Brasil, se for mantida e ampliada, certamente nos levará a um extraordinário *status* no concerto das nações”, afirmou o religioso.

O debate, portanto, promete. Parece claro, a esta altura, que o apoio popular ao Real e ao presidente Fernando Henrique não se estende, automaticamente, aos planos governamentais de reformas. O Congresso já captou os sentimentos das ruas, como os de aberta revolta contra a reforma da Previdência Social e de pouco entendimento sobre as demais mudanças.

O governo precisará explicar muito mais e, sobretudo, demonstrar a real necessidade de transformações tão profundas, as quais, uma vez realizadas, marcariam a vida nacional, para o bem e para o mal, por algumas gerações. Pelos perigos que podem trazer – os exemplos mexicano e argentino são marcantes – reforma é palavra que, no Brasil, deverá rimar com cautela, daqui para a frente. ■